

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E CURRÍCULO EM DISPUTA: UMA LEITURA DAS
PRODUÇÕES DA ANPED À LUZ DO HIBRIDISMO CULTURAL**

RURAL EDUCATION AND CURRICULUM IN DISPUTE: A READING OF ANPED'S
SCIENTIFIC PRODUCTIONS THROUGH THE LENS OF CULTURAL HYBRIDITY

EDUCACIÓN DEL CAMPO Y CURRÍCULO EN DISPUTA: UNA LECTURA DE LAS
PRODUCCIONES CIENTÍFICAS DE LA ANPED A LA LUZ DEL HIBRIDISMO
CULTURAL

Almir João da Rocha¹ 0009-0000-4755-9360

¹ Universidade Federal de Pernambuco – Caruaru, Pernambuco, Brasil;
almir.joao@outlook.com

RESUMO:

Este artigo analisa como a Educação do Campo, enquanto política curricular, se articula com os processos de hibridismo cultural nas produções científicas nacionais, especialmente nos trabalhos apresentados nos Grupos de Trabalho 03 e 12 da 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019). A partir da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1997), foram examinados títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos, com foco no descritor “Educação do e no Campo: políticas, currículo e práticas pedagógicas diferenciadas”. Identificou-se que, embora apenas um trabalho trate diretamente da temática curricular, os demais tensionam modelos normativos de educação, evidenciando resistências e práticas pedagógicas que valorizam os saberes dos sujeitos do campo. A ausência de produções no GT 12 revela uma lacuna nas discussões curriculares sobre a Educação do Campo. A partir de uma abordagem teórica inspirada no pós-colonialismo e no hibridismo cultural (Bhabha, 1998), o estudo interpreta o currículo como entre-lugar de negociação epistêmica, onde os saberes camponeses podem emergir como legítimos e transformadores. Conclui-se que a Educação do Campo reivindica uma pedagogia da diferença, capaz de romper com paradigmas eurocêntricos e afirmar epistemologias locais como centrais na construção curricular.

Palavras-chave: educação do campo; currículo; hibridismo cultural.

ABSTRACT:

This article analyzes how Rural Education, as a curricular policy, relates to processes of cultural hybridity in national scientific productions, especially those presented in Working Groups 03 and 12 at the 39th National Meeting of ANPEd (2019). Using Bardin's (1997) Content Analysis technique, titles, keywords, and abstracts were examined based on the descriptor “Rural Education: policies, curriculum, and differentiated pedagogical practices.” Although only one study directly addresses curriculum, others challenge normative educational models and highlight resistance and pedagogical practices that value rural knowledge. The absence of related works in WG 12 reveals a significant gap in curricular discussions on Rural Education.

Drawing from postcolonial and cultural hybridity theories (Bhabha, 1998), the study interprets curriculum as a contact zone where rural epistemologies emerge as legitimate and transformative. It concludes that Rural Education demands a pedagogy of difference, capable of breaking with Eurocentric paradigms and affirming local epistemologies as central to curriculum construction.

Keywords: rural education; curriculum; cultural hybridity.

RESUMEN:

Este artículo analiza cómo la Educación del Campo, como política curricular, se articula con los procesos de hibridez cultural en las producciones científicas nacionales, especialmente en los trabajos presentados en los Grupos de Trabajo 03 y 12 del 39º Encuentro Nacional de ANPEd (2019). A través de la técnica de Análisis de Contenido de Bardin (1997), se examinaron títulos, palabras clave y resúmenes con base en el descriptor “Educación del y en el Campo: políticas, currículo y prácticas pedagógicas diferenciadas”. Aunque solo un trabajo aborda directamente la temática curricular, los demás tensionan modelos educativos normativos y evidencian prácticas pedagógicas que valoran los saberes campesinos. La ausencia de estudios en el GT 12 revela una brecha significativa en los debates curriculares sobre la Educación del Campo. Desde una perspectiva teórica inspirada en el poscolonialismo y la hibridez cultural (Bhabha, 1998), el estudio interpreta el currículo como una zona de contacto donde las epistemologías campesinas emergen como legítimas y transformadoras. Se concluye que la Educación del Campo reclama una pedagogía de la diferencia, capaz de romper con paradigmas eurocéntricos y afirmar epistemologías locales como centrales en la construcción curricular.

Palabras clave: educación del campo; currículo; hibridez cultural.

Introdução

Na década de 1990, diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e sindicatos ligados à Reforma Agrária, iniciaram uma luta pela Educação do Campo. O objetivo foi garantir que as comunidades campesinas mantivessem suas escolas e que a educação fosse pensada a partir de suas realidades, valorizando suas culturas e modos de vida. Esse modelo educacional contrapõe-se à Educação Ruralista, predominante à época, que se alinhava a uma perspectiva capitalista e incentivava a migração dos estudantes do campo para a cidade, priorizando uma formação técnica e profissional descontextualizada.

A Educação do Campo, conforme discutida por Caldart (2002, 2012), defende um ensino que promova o desenvolvimento de habilidades políticas, sociais e críticas, favorecendo a emancipação dos sujeitos e o engajamento com questões sociais. Nesse sentido, é essencial que as instituições educacionais fundamentem suas práticas na afirmação cultural da Educação do Campo, respeitando a diversidade dos povos envolvidos.

Dentro desse cenário, o currículo escolar expande seu poderio para além das matrizes de conteúdos, ele surge como um instrumento de controle social do Estado, que estabelece conteúdos, habilidades e concepções de ensino visando a homogeneização social. Entretanto,

este estudo se alinha a uma visão de currículo relacionada ao hibridismo, perspectiva discutida por Bhabha (1998), Lopes (2005) e Macedo (2006), que entende as culturas a partir de suas diferenças e negociações, estes valores que impulsionam a existência de negociações para a efetivação do currículo escolarizado.

As reflexões acadêmicas sobre Educação do Campo e o Currículo, ancoradas na identidade e diferença, vêm sendo cada vez mais exploradas por pesquisadores(as) nacionais e internacionais. Apesar de que nos últimos anos o contexto político guiado pelo neoliberalismo tenha estabelecido um desmonte das políticas públicas voltadas para os povos do campo. Nessa direção, o questionamento que guia esse trabalho é: Como os trabalhos da ANPED abordam a Educação do Campo enquanto política curricular diante das tensões políticas e epistêmicas implantadas no governo Bolsonaro? Para responder a este problema estabelecemos o seguinte objetivo: Como os trabalhos da ANPED abordam a Educação do Campo enquanto política curricular diante das tensões políticas e epistêmicas implantadas no governo Bolsonaro.

Ancorado em uma articulação teórica entre os paradigmas da Educação do Campo (Caldart; Molina; Arroyo; Freire), o Hibridismo cultural (Bhabha) e o currículo na perspectiva crítica (Macedo; Silva; Lopes), este estudo busca compreender como as produções científicas da ANPED vêm discutindo a Educação do Campo enquanto política curricular capaz de fragmentar disputas políticas e epistêmicas.

Educação do campo como política curricular

A população do campo esteve historicamente marcada por uma concepção negativa e desvalorizada, permeada por preconceitos em relação à educação, à profissão, ao modo de falar e vestir, entre outros aspectos. Ainda hoje, essa população é vista como inferior e atrasada quando comparada à urbana. Essa perspectiva impulsiona a luta dos camponeses pelo reconhecimento de seus direitos à educação, saúde e moradia de qualidade, visando o fortalecimento de sua identidade enquanto produtores legítimos de cultura.

A marginalização dos povos do campo se intensifica com a Educação Rural, modelo historicamente destinado a essa população. Em vez de valorizar os saberes camponeses, essa forma de ensino reforça a assimilação da cultura rural aos padrões urbanos, promovendo um apagamento sistemático dos conhecimentos tradicionais.

De acordo com Caldart (2012), embora a Educação Rural tenha como proposta o desenvolvimento de habilidades técnicas e cognitivas, observa-se um alto índice de analfabetismo entre essa população, evidenciando que sua estrutura pedagógica não responde

às necessidades reais do campo. Fatores como dificuldades de acesso e permanência na escola, a locomoção entre a residência e a instituição de ensino, necessidade de trabalhar para garantir a renda familiar, além de um currículo escolar marcado pelo distanciamento epistêmico das especificidades do campesinato são desafios que agravam esse cenário.

Na tentativa de aproximar-se dos padrões da educação urbana, a Educação Rural desvaloriza os saberes produzidos pelos camponeses e incorpora um modelo capitalista associado ao produtivismo. Essa lógica impulsiona a modernização do campo, incluindo a inserção de máquinas e a preparação dos sujeitos para esse novo modelo, enquanto os moradores são estimulados a migrar para a cidade (Caldart, 2012).

Em contraposição a essa perspectiva educacional, os movimentos sociais e sindicais, desde o final da década de 1990, vêm travando uma luta pela construção de uma Educação do e no Campo fundamentada nos princípios freireanos, sobretudo na obra *Pedagogia do Oprimido*. Freire propõe uma educação dialógica e emancipadora, centrada na conscientização dos sujeitos historicamente marginalizados, permitindo-lhes reconhecer sua posição na sociedade e atuar como agentes de transformação.

No entanto, para que essa concepção se materialize, é fundamental considerar o currículo como um território de disputa e reconstrução dos saberes campesinos. É nesse ponto que Miguel Arroyo (2004) traz uma contribuição essencial, ao destacar que a Educação do Campo deve ser concebida como um direito político dos povos campesinos, e não como uma mera adaptação da escola urbana para espaços rurais.

Segundo o autor supracitado, há uma necessidade urgente de reconhecer a centralidade dos sujeitos do campo no currículo, assegurando que seus conhecimentos não sejam subordinados ou apagados. Ao contrário do modelo tradicional, que impõe um currículo normativo e homogêneo, a Educação do Campo deve ser um espaço de reconstrução do saber campesino, onde as epistemologias próprias dessas comunidades sejam legitimadas.

A luta pela Educação do Campo, impulsionada pelos movimentos sociais e sindicais, busca ressignificar o currículo a partir de uma perspectiva crítica, inspirada na *Pedagogia do Oprimido*. Freire defende a educação como ferramenta de emancipação, enquanto Arroyo (2011) complementa essa visão ao afirmar que os currículos impostos ao campo frequentemente ignoram as histórias, territorialidades e culturas desses povos, promovendo uma fragmentação do ensino. Para Arroyo, a escola precisa construir espaços de resistência e valorização da identidade campesina, reconhecendo os povos do campo como produtores legítimos de saberes.

Dessa forma, a Educação do Campo se apresenta como uma pedagogia que atua junto aos sujeitos do campo advogando por uma educação que seja no e do campo. Caldart (2004)

explica que o “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (Caldart, 2004, p. 17).

Além da formação cognitiva, a Educação do Campo tem um caráter profundamente social e político, instigando a reflexão crítica para a construção da consciência de classe. A humanização, nesse contexto, é o resultado do reconhecimento de si e do outro, da percepção da realidade e da luta por direitos. Freire (1987) argumenta que a educação dialógica promove esse processo ao partir de uma formação crítica e emancipatória, permitindo que a população oprimida, por meio dos movimentos sociais, enfrente a opressão para a garantia de seus direitos.

O binômio opressor-oprimido, segundo Silva (2000), se constitui a partir de relações de poder, em que a identidade e a diferença operam como mecanismos de exclusão e imposição. Nesse sentido, a população do campo é oprimida justamente por afirmar sua identidade campesina, desmistificando a lógica de homogeneidade imposta pelos modelos urbanos.

Por outro lado, nos movimentos de luta social, o campesinato se fortalece ao reivindicar seus direitos e reafirmar sua identidade. Nesse processo de tomada de consciência, os sujeitos historicamente excluídos assumem uma posição ativa como transformadores do mundo. A educação, nessa perspectiva, desloca o estudante para o centro do processo de ensino-aprendizagem, considerando sua identidade, cultura e realidade.

Em concordância com a teoria dialógica freireana, Caldart (2002, p. 42) reforça essa visão ao afirmar que: "nossa perspectiva deve ser a do diálogo: somos diferentes e nos encontramos como iguais para lutar juntos pelos nossos direitos de ser humano, de cidadão, e para transformar o mundo." Assim, a Educação do Campo se alinha a uma pedagogia dialógica, sustentada pela humildade, esperança e amor.

As manifestações de poder e opressão no âmbito educacional se expressam de diversas maneiras, entre elas, o currículo. Ferramenta que define conteúdos, metodologias, processos avaliativos e outros elementos que configuram relações sociais, o currículo estabelece o que pode e o que não pode ser dito nos espaços escolares. Segundo Carvalho (2012, p. 58), ele também explicita relações de poder-saber-ser, que tanto podem contribuir para o respeito à diversidade cultural quanto reforçar formas de exclusão. Como destaca a autora, essas relações de poder se manifestam através de discursos escolares, materiais didáticos, metodologias e dinâmicas pedagógicas.

Nessa perspectiva, o currículo pode ser entendido como um instrumento pedagógico capaz de reproduzir concepções normativas e hegemônicas ou, ao contrário, servir como um espaço de resistência e valorização dos saberes campesinos. A Educação do Campo reivindica

essa segunda perspectiva, ao promover uma abordagem curricular que não apenas reconhece, mas incorpora a diversidade dos povos do campo como eixo estruturante do ensino.

Currículo da Educação do Campo como Espaço para o Hibridismo

Pensar o currículo da Educação do Campo como um espaço de hibridismo exige romper com a concepção estadocêntrica e normatizadora, que historicamente definiu as políticas educacionais de forma verticalizada. As diretrizes curriculares tradicionais estabelecem o que deve ser ensinado, quais metodologias devem ser aplicadas e como os sujeitos devem aprender, ignorando a pluralidade cultural dos territórios. De acordo com Lopes e Macedo (2011), essa visão reforça um paradigma de universalização, onde o currículo é concebido de cima para baixo, apagando os contextos locais e subordinando identidades específicas a um modelo homogêneo e neoliberal.

No entanto, Stuart Hall (1996) argumenta que a identidade não é fixa nem essencialista, mas sim construída por meio de negociações e deslocamentos dentro dos processos sociais e culturais. Essa perspectiva se alinha ao pensamento de Homi Bhabha (1998), que introduz o conceito de entre-lugar, espaço onde as culturas se encontram, se chocam e se transformam. Aplicando essa noção ao currículo da Educação do Campo, podemos pensar que ele não deve ser um modelo estático imposto pelo Estado, mas sim um espaço híbrido de negociações culturais. Como Macedo (2006) sugere, o currículo deve permitir a coexistência de saberes, possibilitando o diálogo entre diferentes epistemologias sem que haja subordinação ou apagamento.

Avtar Brah (1996) complementa essa visão ao afirmar que a diferença não é um simples marcador de identidade, mas um território de disputa, onde significados são constantemente ressignificados. A Educação do Campo pode ser entendida como esse espaço de negociação, em que os sujeitos camponeses lutam contra a marginalização dos seus saberes e práticas. Em vez de serem encaixados em um modelo curricular normativo, suas identidades devem ser reconhecidas como produtoras legítimas de conhecimento, rompendo com a lógica de inferiorização histórica.

Nesse contexto, Gayatri Spivak (2010) introduz a questão da subalternidade, perguntando se o sujeito “subalterno pode falar?”. Sua crítica se aplica diretamente ao currículo da Educação do Campo: quem define os conteúdos escolares? Quais vozes são ouvidas na construção das políticas curriculares? Os povos do campo frequentemente não têm espaço para decidir os rumos da sua própria educação, sendo relegados a um sistema que impõe um saber dominante

e silencia suas práticas culturais. A reivindicação de um currículo híbrido, nesse sentido, não é apenas uma questão pedagógica, mas um ato político de resistência, onde as comunidades camponesas exigem o direito de produzir e compartilhar seus próprios saberes.

Bhabha (1998) enfatiza que os momentos de transformação cultural emergem dos processos de negociação e contestação que ocorrem na periferia do saber. Essa visão permite compreender o currículo da Educação do Campo como um entre-lugar, onde as fronteiras entre culturas não são fixas, mas sim espaços dinâmicos de recriação identitária. Lopes (2005) reforça essa ideia ao afirmar que os textos e discursos das políticas curriculares carregam ambivalências, que podem tanto reforçar a normatização quanto abrir brechas para interpretações heterogêneas e contestadoras.

Pensar o currículo como um espaço de hibridismo significa compreender que as identidades camponesas não devem ser essencializadas nem domesticadas, mas sim legitimadas em sua complexidade e diversidade. A Educação do Campo, nesse sentido, opera como uma pedagogia da diferença, permitindo que os saberes locais sejam incorporados de forma significativa às práticas escolares. Como Caldart (2012) aponta, a escola do campo precisa garantir o direito dos sujeitos camponeses de se reconhecerem em sua própria história, desconstruindo representações inferiores e construindo um currículo que reflita suas lutas, experiências e epistemologias.

Portanto, o currículo da Educação do Campo deve ser concebido não como um modelo fechado imposto pelo Estado, mas como um território de resistência, negociação e afirmação cultural. Ao articular conceitos como hibridismo, diferença e subalternidade, torna-se possível pensar em práticas pedagógicas que realmente dialoguem com os sujeitos do campo, promovendo uma educação que valoriza suas histórias e contribuições.

Percurso metodológico

A escolha desse recorte temporal está diretamente relacionada ao contexto político da época: o início de um governo que promoveu o desmonte de políticas públicas educacionais, com impactos significativos sobre as populações rurais. A flexibilização de leis ambientais, os cortes em programas voltados à Educação do Campo e a invisibilização de sujeitos historicamente marginalizados marcaram esse período. Ao analisar os trabalhos apresentados nesse evento, buscamos compreender como a comunidade científica reagiu a esse cenário e quais estratégias discursivas foram mobilizadas para enfrentar os desafios impostos.

A análise concentrou-se nos Grupos de Trabalho 03 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, e 12 – Currículo, por tratarem de temas centrais à Educação do Campo, como identidade, práticas pedagógicas, formação docente e políticas públicas. Utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1997), estruturada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na pré-análise, adotamos o descritor “Educação do e no Campo: políticas, currículo e práticas pedagógicas diferenciadas”, com o objetivo de delimitar o corpus exclusivamente à Educação do Campo, excluindo outras modalidades territorializadas, como educação indígena e quilombola, que possuem epistemologias e normativas próprias. Essa delimitação visa garantir maior precisão na análise das práticas e políticas educacionais camponesas.

Durante a exploração do material, realizamos a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos dos trabalhos apresentados. No tratamento dos resultados, sistematizamos os dados coletados, identificando tendências, lacunas e problemáticas recorrentes. Foram encontrados nove trabalhos relevantes no GT 03, abordando temas como currículo, resistência e práticas educativas no campo. No GT 12, não foram identificadas pesquisas diretamente relacionadas à Educação do Campo, o que evidencia uma lacuna nos debates curriculares sobre a temática e reforça a necessidade de ampliar sua presença nos espaços acadêmicos.

Educação do Campo nas produções científicas da ANPEd

Nesta seção, buscamos apresentar e analisar os achados da pesquisa destacando os títulos, os autores e fazendo um panorama geral sobre as discussões que trazem os escritos. Acrescentamos que as considerações narradas, a seguir, partem das leituras dos resumos encontrados nos respectivos trabalhos.

A primeira pesquisa analisada se intitula: “Movimentos sociais do campo e educação na Amazônia: as lutas e resistências num cenário de negação de direitos” e tem como autores Salomão Antônio Mufarrej Hage, Hellen do Socorro de Araújo Silva e Dileno Dustan Lucas de Souza (2019). Nela, esses autores dão ênfase ao papel desempenhado pelo Fórum Paraense e os Fóruns Regionais de Educação do Campo como sendo espaços de debates sobre ações de enfrentamento das políticas neoliberais que são impostas às comunidades tradicionais, em especial às populações camponesas.

Através de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, os autores conseguiram identificar o quanto as desigualdades sociais têm sido aprofundadas na medida em que as escolas do campo são afetadas pelos efeitos do neoliberalismo. Um forte indicativo disso é

quando afirmam: “a precarização das condições de funcionamento, o fechamento e a paralisação das atividades das escolas no campo, e a presença de professores atuando sem formação adequada e com contratos de trabalho temporários” (Hage; Silva; Souza, 2019, p. 1).

A pesquisa de Claudio Gomes da Victoria (2019) tem como título: “Educação e diversidade cultural: um olhar sobre o cotidiano de uma escola ribeirinha de Ensino Fundamental”. Nela, o autor reflete sobre as concepções de Educação do Campo atrelada às especificidades de uma escola situada em uma comunidade ribeirinha.

A intenção do autor neste trabalho é “compreender de que modo o processo formativo de seus (as) professores (as) e suas práticas cotidianas têm sido ‘desafiadas’ pela perspectiva da interculturalidade” (Victoria, 2019, p. 1). Também é pretensão desse autor, que o diálogo tecido, na pesquisa, amplie a reflexão em torno da interculturalidade. Esta que sirva, como assegura o autor, “para aprimorar não só a prática pedagógica das escolas ribeirinhas, mas todas aquelas que ainda são consideradas e tratadas como minoria” (Victoria, 2019, p. 1).

Elis Regina Nunes Mota Araujo (2019) na sua pesquisa, que tem como título: “O fechamento da escola do Assentamento Fortaleza(se): professora cadê a minha goiabeira?”, não apresenta resumo. No entanto, foi possível percebermos, nas palavras introdutórias, que a autora demonstra uma grande preocupação em evidenciar a importância das lutas que as populações do campo têm travado na busca de uma educação que seja voltada para suas especificidades, para o fortalecimento das culturas e das identidades camponesas, para isso, a autora destaca a necessidade de que a educação para as populações do campo necessita ser no e do campo.

O trabalho “Enegrecer as universidades: Um desafio para a formação de educadores/as do campo?”, é uma pesquisa de autoria de Jaqueline Cardoso Zeferino (2019). Nesta, a autora problematiza o lugar que os corpos de jovens quilombolas ocupam no curso de Licenciatura em Educação do Campo no interior de Minas Gerais. Fica evidente o quanto determinados sujeitos, por não se enquadrarem nos padrões de dominação (como: o branco, o cristão, o militar, o urbano, o heterossexual) sofrem com as marcas do racismo e do patriarcado. Corpos que historicamente foram/são racializados e subalternizados.

Nessa direção, Zeferino (2019), enfatiza a importância da Educação do Campo, enquanto uma política comprometida com as especificidades das populações do campo, ter como objetivo, fazer “emergir a diversidade de lutas e sujeitos do campo, indicando a transposição de uma identidade única e fixa camponesa” (Zeferino, 2019, p. 1).

Vandreia de Oliveira Rodrigues e Eraldo Souza do Carmo (2019), trazem em sua pesquisa: “O direito à educação no campo: reflexões teóricas para o debate da superação de desigualdades na educação”, uma problematização sobre o direito que a população camponesa

do município de Cametá-PA tem a uma materialização da Educação do Campo enquanto uma perspectiva no e do campo. Para isso, a autora parte das bases legais que fundamentam e normatizam a Educação do Campo enquanto direito do povo.

Com base no materialismo dialético, Rodrigues e Carmo (2019) verificaram que o interesse de classe é quem determina o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o campo da educação. Nessa perspectiva, os autores evidenciam que “as formas como se pensa a educação no campo do município de Cametá-PA ainda se limita em uma educação ruralista, que desconsidera as diversidades locais” (Rodrigues; Carmo, 2019, p. 1).

A pesquisa: “Educação, Modernização e a Questão da Terra”, da autora Edna Maria Querido de Oliveira Chamon (2019), proporciona um debate sobre a questão da educação como mola propulsora no processo de modernização nacional e como esse processo reverbera na questão da Terra. É, também, interesse da autora problematizar o uso de dicotomias que são utilizadas para cristalizar as identidades dos povos campestres, essas dicotomias “representam fronteiras simbólicas fundamentais: urbano/rural e moderno/tradicional” (Chamon, 2019, p. 1).

Sobre a Educação do Campo, a autora apresenta em um estudo em que o programa de formação docente em Educação do Campo, “deve enfrentar o desafio de romper com o modelo urbanocêntrico de educação, privilegiar a diversidade de saberes e introduzir a marca e a especificidade do campo nos processos educativos” (Chamon, 2019, p. 1). Nesse viés, é preciso que compreendamos o território campestre como um lugar produtor de epistemes válidas, como um lugar epistêmico permeado por diferentes práticas educativas e por uma enorme diversidade de culturas.

A discussão apresentada por Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante, Fábio Dantas de Souza Silva e Luciane Ferreira de Abreu (2019), na pesquisa: “O futuro é uma caixinha de sonhos” ... campo, mulheres, formação e trabalho” problematiza, a partir de um registro fílmico, como as trajetórias de mulheres jovens são construídas a partir das condições de vida, percepções de trabalho, juventude, campo, presente e futuro.

Os autores também destacam como a produção do filme pode se tornar um importante aliado da Educação do Campo, justamente por evidenciar as diferentes sensações dos sujeitos campestres. Segundo os autores, o “fato de estarmos diante das ‘câmaras’ trazia um elemento diferenciado para os sujeitos de pesquisa, jovens atentas às capturas de imagens, equilibrando-as com narrativas de si e dos arredores que ‘ganhariam mundo’” (Cavalcante; Silva; Abreu, 2019, p. 1).

Edilson da Costa Albarado e Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos (2019) são os autores da pesquisa intitulada: “Por um currículo escolar do campo, das águas e das florestas

conectado com o povo do campo em Parintins (AM)”. Nessa pesquisa, os autores se propõem a investigar, no município de Parintins, os saberes dos povos de territórios rurais, de várzea e de terra-firme.

Com base em um estudo de cunho qualitativo, Albarado e Oliveira (2019) procuram aprofundar “a compreensão dos fenômenos humanos face às determinações e transformações do contexto sócio-histórico, socioculturais, políticos e econômicos” (Albarado; Oliveira, 2019, p. 1). Os autores ressaltam que os resultados da pesquisa “refletem contribuições para compor a elaboração de currículo que reflita a dinâmica dos povos do campo, em sua tessitura de vida, de saberes-fazer, das memórias, das identidades culturais, dos coletivos sociais, do cotidiano, da cultura e das resistências” (Albarado; Oliveira, 2019, p. 1).

Por fim, a última pesquisa analisada no GT03, “Desafios e potencialidades da construção de trabalhos de conclusão de curso na alternância da Licenciatura em Educação do Campo da UFTM”, de autoria Rodrigo dos Santos Crepalde (2019). O autor faz uma discussão sobre os desafios e as potencialidades da Pedagogia da Alternância presentes na construção de Trabalhos de Conclusão de Curso da Licenciatura em Educação do Campo.

Nesse contexto, Crepalde (2019) assegura que os TCCs, na perspectiva de uma Pedagogia da Alternância, apresentam “traços distintivos desse produto da culminância da formação inicial de professores para o campo” (Crepalde, 2019, p. 1). Assim, o autor destaca a importância do curso com base em alguns aspectos como, “a alternância formativa”, os TCC’s do campo, no campo e sobre o campo, o TCC como “artefato de uma cultura estrangeira”, a interculturalidade e outros que dão ênfase à autonomia dessa formação.

Com base nas pesquisas analisadas, bem como no aprofundamento, percebemos o quanto a Educação do Campo carrega em seu bojo as marcas das lutas do seu povo, seja pelo reconhecimento, no currículo escolar, dos seus elementos culturais, identitários etc. Assim, anseiam por uma educação que vislumbre nos seus sujeitos o reconhecimento de si enquanto produtores de conhecimentos e cultura.

Nesse contexto, tais pesquisas reclamam por uma educação que tenha suas metodologias construídas em consonância com os saberes dos povos do campo, e, portanto, uma educação que seja no e do campo e que seja pautada nas práticas culturais, nas experiências educativas e nos valores epistêmicos que são capazes de tensionar, a partir de trocas culturais, o currículo eurocêntrico. Como afirma Bhabha: “O hibridismo e o nome desse deslocamento de valor do símbolo ao signo que leva discurso dominante a dividir-se ao longo do eixo de seu poder de se mostrar representativo, autorizado” (Bhabha, 1998, p. 1998).

Nesse viés, as pesquisas analisadas reclamam uma perspectiva educativa que coloque no cerne do debate as epistemologias dos povos camponeses em condições de igualdade com os demais conhecimentos tidos como “eruditos”, sem que haja uma hierarquização de um em detrimento do outro. E assim valorize os saberes *outros*, buscando, dessa forma, romper com o paradigma de que estes povos não possuem conhecimentos válidos.

Conclusões

Retomando a questão-problema que orientou esta pesquisa — como a Educação do Campo, enquanto política curricular, se relaciona com os processos de hibridismos culturais nas discussões acadêmicas nacionais e internacionais? — os dados levantados nos GTs 03 e 12 da ANPEd oferecem um panorama que, embora não trate diretamente da teoria pós-colonial, permite aproximações interpretativas com essa perspectiva.

No GT 03, foram encontradas nove pesquisas relacionadas ao descritor "Educação do Campo". Esses trabalhos abordam enfrentamentos e resistências no cotidiano escolar, na formação docente e nas políticas públicas, evidenciando como os saberes dos sujeitos do campo têm sido historicamente marginalizados. Embora apenas um trabalho — o de Edilson da Costa Albarado e Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos — trate diretamente da temática curricular, os demais também tensionam modelos normativos de educação, ainda que não utilizem a teoria pós-colonial como referencial.

É importante destacar que a articulação com os conceitos de hibridismo cultural e pós-colonialismo foi realizada por nós, enquanto pesquisadores, como uma lente teórica para interpretar os dados. A partir de autores como Bhabha (1998), compreendemos que os sujeitos do campo, ao ressignificarem o currículo com base em seus saberes, práticas e territorialidades, produzem espaços de negociação cultural que podem ser compreendidos como entre-lugares — zonas de contato e conflito entre epistemologias distintas. Essa leitura não está presente nos textos analisados, mas emerge como uma possibilidade interpretativa a partir da nossa abordagem teórica.

No GT 12, não foram encontradas pesquisas relacionadas ao descritor "Educação do Campo", o que revela uma lacuna significativa nas discussões curriculares da 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019). Essa ausência pode ser interpretada como um indicativo de que a temática curricular da Educação do Campo tem sido sub-representada, tanto nas práticas escolares quanto na produção científica. Essa carência, somada à baixa presença da discussão curricular no GT 03, levanta a hipótese de que as pesquisas sobre currículo da Educação do

Campo têm sido negligenciadas ou deixadas de lado — hipótese que pode ser explorada em estudos futuros.

Por fim, ressaltamos que esta análise foi construída com base na leitura de títulos e resumos dos trabalhos dos GTs indicados, o que reforça a necessidade de aprofundamento em pesquisas futuras. A aproximação com a teoria pós-colonial não se deu por meio dos textos analisados, mas como uma proposta interpretativa nossa, visando ampliar os horizontes teóricos e críticos sobre o currículo da Educação do Campo e suas possibilidades de resistência e reinvenção.

Referências

ALBARADO, Edilson da Costa; OLIVEIRA, Maria Eliane de Vasconcelos. Por um currículo escolar do campo, das águas e das florestas conectado com o povo do campo em Parintins (AM). In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: jul. 2025.

ARAÚJO, Elis Regina Nunes Mota. O fechamento da escola do Assentamento Fortaleza(se): professora cadê a minha goiabeira? In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: jul. 2025.

ARROYO, Miguel. Currículo, território e identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Currículo, cultura e poder**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 93–110.

ARROYO, Miguel. Os direitos dos sujeitos do campo e a educação escolar. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (org.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: MEC, 2004. p. 25–38.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. In: HALL, Stuart; et al. **Cultura e política: identidade e representação na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 209–236.

CALDART, Roseli Salete. A educação do campo: notas para uma análise de trajetória. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (org.). **Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: MEC, 2004. p. 15–24.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do movimento sem terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. O discurso curricular intercultural na educação de jovens e adultos e a produção de subjetividades. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 47-61, 2012.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Educação, modernização e a questão da terra. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: jul. 2025.

CREPALDE, Rodrigo dos Santos. Desafios e potencialidades da construção de trabalhos de conclusão de curso na alternância da Licenciatura em Educação do Campo da UFTM. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: jul. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo; SOUZA, Dilenno Dustan Lucas de. Movimentos sociais do campo e educação na Amazônia: as lutas e resistências num cenário de negação de direitos. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: jul. 2025.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e identidade: entre o sujeito e o social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Currículo e subjetividade: o deslocamento da identidade nos discursos curriculares. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Currículo, cultura e poder**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 73–92.

RODRIGUES, Vandreia de Oliveira; CARMO, Eraldo Souza do. O direito à educação no campo: reflexões teóricas para o debate da superação de desigualdades na educação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: jul. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VICTORIA, Claudio Gomes da. EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: um olhar sobre o cotidiano de uma escola ribeirinha de Ensino Fundamental. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: jul. 2025.

ZEFERINO, Jaqueline Cardoso. Enegrecer as universidades: um desafio para a formação de educadores/as do campo? In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 39., 2019, Niterói. **Anais da Reunião Nacional da ANPED**. Rio de Janeiro: ANPED, 2019. Disponível em: <https://www.anped.org.br>. Acesso em: jul. 2025.

SOBRE O/AS AUTOR/AS

Almir João da Rocha. Mestre em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2024). Professor do Ensino Fundamental anos iniciais nas redes de ensino de Altinho e Panelas, PE; Professor Formador II no curso de Licenciatura em Educação Escolar Quilombola da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do grupo de pesquisa: GEPECQ - Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação do Campo e Quilombola. Contribuição de autoria: Autor
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0685764685199903>

Como citar este artigo

ROCHA, Almir João da. Educação do Campo e currículo em disputa: uma leitura das produções da ANPED à luz do hibridismo cultural. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, 2025. DOI: 10.22481/redupa.v4.17666.